

BC quer renovar linhas de curto prazo até dezembro

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — O Banco Central enviou na noite de quarta-feira um telex ao comitê de bancos credores pedindo a renovação das linhas de crédito de curto prazo, que venceriam no dia 31 de agosto, até 31 de dezembro. No telex, o BC solicitou também a prorrogação, para 31 de dezembro, das operações de reempréstimo ao Brasil (*relending*) que venceriam no dia 4 de setembro.

A informação foi dada ontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, à saída da reunião do Conselho Monetário Nacional. No Banco Central, a expectativa dos funcionários da diretoria de dívida externa é de que os bancos credores não farão qualquer objeção à solicitação feita pelo Brasil, e irão renovar normalmente essas linhas, apesar de no dia 20 de outubro, caso o Brasil não volte a pagar os juros da dívida suspensos pela moratória, os bancos credores americanos possam rebaixar a classificação dos créditos brasileiros.

No telex, no entanto, segundo fontes do BC, o governo brasileiro não faz qualquer alusão a voltar a pagar esses juros aos bancos credores, e só comunicar que as negociações terão início em setembro. Esse é o terceiro telex que o BC envia aos comitês dos bancos credores pedindo a renovação das linhas de crédito e, até agora, não tem havido qualquer negativa a esses pedidos.

Banco Mundial — Uma fonte do Ministério da Fazenda atribuiu ontem a “pressões do governo dos Estados Unidos” o adiamento da aprovação, pelo Banco Mundial (Bird), da segunda parcela do empréstimo para o plano de recuperação do setor elétrico. O empréstimo, no valor de US\$ 500 milhões, seria o maior repasse de recursos do Bird para o Brasil este ano.

O governo brasileiro gostaria de ter o empréstimo em setembro ou, no máximo, em outubro, mas a direção do banco decidiu examinar previamente a evolução da economia brasileira e os resultados do Plano Bresser antes de aprovar a liberação. Essa decisão desconsidera o fato do governo brasileiro já ter cumprido o principal requisito para receber o empréstimo, que era a recuperação das tarifas de energia elétrica.

De acordo com o plano macroeconômico, do ministro Bresser Pereira, o governo conta com empréstimos de US\$ 1,3 bilhão do Bird para complementar a poupança interna e ajudar no fechamento do balanço de pagamentos no biênio 1987-88. A avaliação da Fazenda é de que a liberação da segunda parcela do empréstimo para o plano de recuperação do setor elétrico poderia ser entendida como um “sinal verde” foi considerado prematuro e que será preciso esperar, ainda, a evolução da negociação da dívida externa brasileira e, eventualmente, um acordo com o Fundo Monetário Internacional, antes que se regularize o fluxo de empréstimos do Bird para o país.